

pretextos

Revista do Instituto da Segurança Social, I.P.

Factores de vulnerabilidade social no grupo das Mulheres



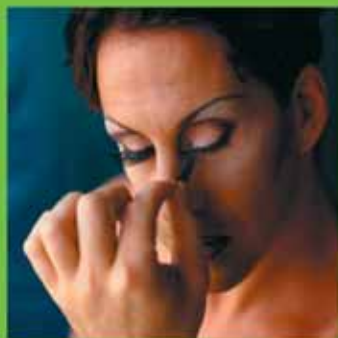
**Novo Serviço de
Atendimento para
Pessoas com
Necessidades Especiais**

**Programa Conforto
Habitacional para
Pessoas Idosas**

pensar a igualdade valorizar a diversidade



2007 - Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos



**PLANO
NACIONAL
DE ACÇÃO**

<http://equality2007.europa.eu>

www.igualdades2007.com.pt

Editorial

Edmundo Martinho

Presidente do Conselho Directivo do
Instituto da Segurança Social, I.P.

O Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades trouxe consigo um conjunto de reflexões, de que destacaríamos a da vulnerabilidade social nas mulheres, ainda fortemente persistente e que se encontra expressa nesta edição da *Pretextos*. Essa vulnerabilidade, reconhecida nas mulheres, é também muito visível em outros grupos específicos, como as pessoas com necessidades especiais e os idosos.

Nesta área, 2007 trouxe novidades que certamente introduzirão mudanças na vida daqueles a quem se destinam. Pela primeira vez, foi criado na segurança social um serviço de atendimento específico para pessoas com necessidades especiais. Um lugar onde o acesso à informação e um atendimento personalizado, que tem em conta as necessidades especiais de quem está a ser atendido é assegurado, e onde estão disponíveis meios tecnológicos adaptados que permitem um real acesso à sociedade da informação. Este foi um passo muito significativo no proporcionar a igualdade de acesso à protecção social, pelo que se pretende generalizar a iniciativa, estando prevista para 2008 a criação de um serviço de atendimento para pessoas com necessidades especiais em cada sede de distrito.

Uma outra medida criada em 2007 foi o Programa de Conforto Habitacional para Idosos. Trata-se de uma iniciativa que, através de uma parceria entre o ISS e as

Autarquias, visa requalificar a habitação do idoso, garantindo assim a existência de condições de qualidade e conforto neste espaço. Esta intervenção pode fazer a diferença entre a pessoa idosa ter que abandonar o seu lar por não reunir condições, ou poder permanecer na sua casa, no seu contexto familiar e social.

Mas 2008 vai continuar a dar uma especial atenção à população idosa, com particular enfoque no Complemento Solidário para Idosos. Sendo este o ano da generalização da medida, em que pode ser requerida a partir dos 65 anos, este tem também de ser o ano em que esta prestação, que vai permitir assegurar rendimentos ao idoso que o posicionem acima da linha de pobreza, vai chegar de facto a todos os que dela necessitam. E para isso é necessário o empenho de todos e cada um de nós. Numa atitude pró activa temos de chegar àqueles que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade até porque, regra geral, são os que menor voz de reivindicação têm.

O presente ano traz um reforço de responsabilidades, novos desafios, mas também a ambição de contribuir significativamente para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e o alcance desse objectivo será a melhor gratificação que poderemos ter. Sei que com o empenho colectivo faremos a diferença.

Ficha Técnica

Propriedade

Instituto da Segurança Social, I.P.

Director

Edmundo Martinho

Coordenação

Ana Paula Martins

Maria João Quedas

Supervisão Técnica

Dina Moura

Vasco Barata

Conselho Editorial

Ana Gomes, Ana Maria Lage, Ana Paula Martins, Conceição Ferraz, Cristina Figueiro, Filipa Carvalho, Filomena Gonçalo, Gabriela Dantas, Isabel Cambão, Joana Valleria, Manuel Brites Moita, Manuel Carvalho, Maria Clara Guterres, Maria Elisa Borges, Maria João Quedas, Maria José Maia, Maria da Luz Claro, Mariana Pereira, Mónica Baptista, Teresa Agostinho, Salomé Ferreira, Sónia Araujo.

Colaboraram nesta edição

Alda Gonçalves, Alexandra Amorim, Ana Margarida Canhão, Helena Silveirinha, José Castro, Maria Conceição Ferraz, Maria João Falcato de Almeida, Maria José Maia, Natalina Silva, Nuno Lourenço, Paula Ferraz, Paulo Santos, Sofia Gonçalves, Sónia Esperto, Teresa Caeiro.

Redacção e Assinatura

Área de Investigação e Conhecimento

Rua Castilho nº 5 • 1250-066 Lisboa

Tel.: 21 318 49 00 • Fax: 21 318 49 55

E-mail: .m.joao.quedas@seg-social.pt

Data de Publicação

Dezembro 2007

Periodicidade

Trimestral

Design e paginação

Aba Design, Comunicação e Equipamento, Lda.

Impressão

SOGAPAL

Tiragem

20 000 exemplares

Distribuição

Gratuita

Depósito Legal: 154679/2000

ISSN: 0874-9698

Revista disponível em www.seg-social.pt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores.
É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

Sumário

Editorial **1**

Manual de Cooperação
para as Respostas Sociais **3**

Factores de vulnerabilidade
social no grupo das Mulheres **5**

Novo Serviço de Atendimento para
Pessoas com Necessidades Especiais **8**

Modelo Ecológico de Avaliação e
Intervenção **10**

Programa Conforto Habitacional
para Pessoas Idosas **11**

Rede Social - Plataformas Territoriais
Supra-Concelhias **15**

Empreendedorismo Inclusivo **16**

10º aniversário do RMG/RSI **19**

Notícias **22**

Ecos **28**

Sites: Trabalho Social/Serviço Social **30**

Bibliografias Temáticas **31**



Manual de Cooperação para as Respostas Sociais

Paulo Santos

Unidades de Respostas Sociais
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
paulo.j.santos@seg-social.pt

No âmbito da Solidariedade Social, a área da Cooperação entre o Estado e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) assume uma importância central.

Através do modelo que está em vigor, o Estado presta às IPSS o apoio técnico-financeiro necessário para que estas assegurem medidas/serviços no âmbito da acção/protecção social, mediante o estabelecimento de acordos de cooperação.

A rede solidária, desenvolvida pelas IPSS, corresponde aproximadamente a 15.000 respostas sociais, prestando um serviço directo a cerca de 560.000 utentes, nas diferentes áreas de intervenção: infância e juventude; idosos; deficiência e família e comunidade.

No ano de 2006, as verbas financeiras dispendidas pelo Estado, através do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, com o funcionamento destas respostas sociais ultrapassaram os €1.000.200.000.

De acordo com o disposto na estrutura orgânica do Instituto da Segurança Social (ISS), compete aos Centros Distritais do ISS assegurar os mecanismos necessários ao cumprimento dos procedimentos legais que o estabelecimento de acordos de cooperação entre o Estado e as IPSS determina.

Tendo em conta que até ao momento esta área se caracterizava

por alguma ausência de uniformização de procedimentos, uma vez que cada Centro Distrital utilizava documentos/guiões técnicos elaborados pela respectiva equipa de acção social, como forma de operacionalizar o apoio técnico realizado junto das respostas sociais com acordo de cooperação, impunha-se a implementação de uma metodologia comum nesta área.

A definição de procedimentos comuns deve traduzir o facto de a intervenção e as exigências da Segurança Social em matéria de cooperação serem as mesmas, independentemente do Centro Distrital com quem a Instituição se relaciona.

Assim, foi elaborado pelo Departamento de Desenvolvimento Social (DDS), com a colaboração do Gabinete de Qualidade e Auditoria (GQA) e do Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso (GAJC), um documento que sistematiza todas as competências da Segurança Social no que respeita à cooperação com as IPSS, definindo igualmente os procedimentos que devem ser seguidos com vista à sua concretização.

Este “Manual da Cooperação” tem, assim, por objectivo constituir um documento orientador dos procedimentos nesta matéria, destinado a ser utilizado pelos técnicos da acção social dos Centros Distritais no exercício da cooperação com as IPSS, permitindo harmonizar/uniformizar a sua actuação e avaliar as acções executadas, facultando assim a possibilidade de uma análise comparativa entre Centros Distritais.

A metodologia utilizada para a elaboração do “Manual da Cooperação” consistiu, nas seguintes etapas:

- Sistematização de legislação, normativos, circulares e orientações técnicas existentes na área da cooperação;
- Pesquisa bibliográfica;
- Reuniões de trabalho com os Centros Distritais, para recolha, estudo e análise dos instrumentos utilizados;
- Visita a estabelecimentos representativos de todas as tipologias de respostas sociais existentes;
- Elaboração do Manual, utilizando a lógica da Qualidade para descrição dos vários processos;
- Envio do Manual aos Centros Distritais, para análise;
- Discussão pública do documento, realizada no dia 13 de Setembro, com o envolvimento dos 18 Centros Distritais, DDS, GQA, GAJC, Departamento de Fiscalização (DF) e Gabinete de Auditoria Interna (GAI);
- Integração dos contributos resultantes da discussão pública;
- Envio do documento ao Conselho Directivo do ISS para aprovação formal.

O Conselho Directivo do ISS deliberou aprovar, no passado dia 3 de Outubro, o documento “Manual/Linhas Orientadoras do Apoio Técnico às IPSS com Acordo de Cooperação”.

Este documento está estruturado em três capítulos:

1. Apresentação do enquadramento teórico da área da cooperação, numa breve resenha histórica da sua evolução, desde os anos 70 até à actualidade, e o papel do Estado na relação com as IPSS.
2. Análise do modelo actual de cooperação, bem como as perspectivas de futuro no que concerne a novas formas de relacionamento entre o Estado e os restantes parceiros sociais, tendo em conta as necessidades e expectativas das sociedades modernas.
3. Explicitação das normas e circuitos procedimentais, através de uma sistematização de todas as componentes da área da cooperação.

Este último capítulo integra cinco Processos-Chave e dois Sub-processos, que descrevem em detalhe os procedimentos desenvolvidos pela área da cooperação:

- 1) Processo de Registo das IPSS;
- 2) Processo de Celebração de Acordo de Cooperação Típico;
- 3) Processo de Celebração de Acordo de Cooperação Atípico;
- 4) Processo de Celebração de Acordo de Gestão;

5) Processo de Acompanhamento Técnico às Respostas Sociais:

- Processo de Cancelamento de Registo de IPSS;
- Processo de Suspensão/Cessação de Acordo de Cooperação.

Cada um destes Processos-Chave foi elaborado seguindo a metodologia da Qualidade, designadamente com a criação de indicadores de processo e de resultado, fluxograma detalhado com etapas do processo, bem como impressos e instrumentos de apoio.

Com o objectivo de dar a conhecer o conteúdo do “Manual da Cooperação” e a sua implementação em termos procedimentais, foram realizadas seis acções de formação, com a duração de três dias, abrangendo um total de 106 técnicos das equipas distritais da cooperação, durante os meses de Setembro e Outubro de 2007, de acordo com a seguinte calendarização:

Data	Local	Centros Distritais
26 a 28 de Setembro	Santarém	Santarém, Castelo Branco, Portalegre e Leiria
2 a 4 de Outubro	Coimbra	Coimbra, Viseu, Aveiro e Guarda
8 a 10 de Outubro	Lisboa	Lisboa e Setúbal
17 a 19 de Outubro	Porto	Porto e Viana do Castelo
24 a 26 de Outubro	Faro	Faro, Beja e Évora
29 a 31 de Outubro	Braga	Braga, Vila Real e Bragança

Estas acções de formação, onde participaram também 12 técnicos do DF, foram percebidas de forma muito positiva pelos técnicos, uma vez que foram ao encontro das suas necessidades mais práticas.

De forma a garantir que o “Manual da Cooperação” é implementado de forma eficaz, está já prevista a realização de um segundo curso, a implementar no início de 2008, de forma a abranger os técnicos afectos à área da cooperação que não tiveram oportunidade de participar no curso realizado em 2007.

Importa referir que os procedimentos descritos nos Processos-Chave acima mencionados estão em consonância com as funcionalidades para o módulo da cooperação, que integra a aplicação informática de âmbito nacional SIPSC – Sistema de Informação da Protecção Social de Cidadania – pelo que se perspectiva que ambos os projectos poderão contribuir para a implementação de procedimentos mais eficazes na monitorização do funcionamento das respostas sociais, tendo em vista o aumento gradual da qualidade dos serviços prestados aos utilizadores das respostas sociais. □



Factores de vulnerabilidade social no grupo das Mulheres

O Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia da Igualdade, através da decisão n.º 771/2006/CE, proclamaram o ano 2007 como o Ano Europeu de Oportunidades para Todos.

Para combater a pobreza e exclusão social, tem sido criada legislação específica em matéria de igualdade de direitos, a qual proíbe a discriminação nas diferentes áreas da vida quotidiana, por forma a ultrapassar os problemas existentes no domínio do emprego e formação, na educação, acesso à habitação, protecção social e cuidados de saúde.

Deste modo, a celebração do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos através de acções e iniciativas a desenvolver por cada Estado Membro, no âmbito do seu Plano de Acção Nacional, tem preconizado iniciativas que têm como objectivo geral sensibilizar a população para os benefícios de uma sociedade mais justa e solidária, através da promoção da igualdade e da não discriminação, onde se ofereçam a todas as pessoas independentemente do sexo, origem racial ou étnica, religião ou crença, deficiência, idade, orientação sexual, as mesmas oportunidades.

Neste contexto, permitimo-nos analisar neste artigo, de que modo o grupo das Mulheres ¹, se pode inscrever ou caracterizar

como uma categoria social vulnerável à pobreza e a situações de desigualdade e discriminação, tendo em conta alguns indicadores relacionados com a educação, o rendimento e a conciliação da vida familiar e profissional.

Importa referir que no plano da construção dos grupos vulneráveis, são as regularidades e factores comuns que nos permitem agrupar conjuntos de pessoas em relação às quais é possível verificar, empiricamente, a maior probabilidade de viverem situações de pobreza e exclusão social, entendendo-se que a *vulnerabilidade* se refere à probabilidade maior destes grupos viverem aquelas situações. (Capucha, 2005)

No caso das mulheres que factores as remetem para a condição de vulnerabilidade? Tal como os homens, as mulheres têm carreiras, empregos, responsabilidades profissionais, familiares, sendo que há um conjunto de áreas onde também participam, como seja na esfera cívica e política.

A educação

Com efeito, a participação das mulheres na esfera pública não se resume à integração no mercado laboral. A sua inserção no contexto escolar, onde de resto se verifica a existência de maior sucesso escolar por parte das mulheres, tem sido extraordinariamente significativa. Em 2004, o número de mulheres por cada 100 homens no ensino superior era de 127,6.

¹ Este artigo tem por base o estudo realizado pela autora sobre Indicadores de Coesão Social, a partir do Methodological Guide, Concerted Development of Social Cohesion Indicators, Council of Europe Publishing, Editions du Conseil de l'Europe, 2005.

	Número de estudantes no Ensino Superior	Estudantes de todas as idades em % do total da população dos 20-24 anos		Número de mulheres por cada 100 homens no Ensino Superior	Idade mediana dos estudantes no Ensino Superior
	2003/2004	1999/2000	2003/2004	2003/2004	2003/2004
UE(25)	17 318 735	57,7	50,7	121,2	22,1
Portugal	395 063	53,0	46,8	127,6	22,2

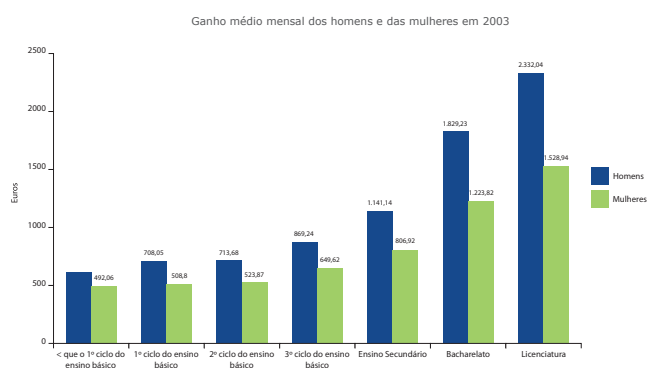
Fonte: Eurostat - Living conditions in Europe, LFS, 2005

De acordo com os indicadores do INE², se analisarmos o grupo das famílias monoparentais, segundo o nível de qualificação, as mães sozinhas divorciadas são também o grupo que tem maior escolaridade (12,8), face aos homens, pais só, em que apenas atingem (8,2) nos níveis superiores de educação.

O rendimento

Tendo em conta os factores materiais de pobreza e exclusão, que se prendem com a ausência de competências, de recursos, de formação, de rendimento, de apoio social, e que não permitem aos indivíduos terem acesso a oportunidades de mercado em condições de não precariedade, estes factores de ordem material, serão suficientes para explicar as situações de desigualdade no mercado de trabalho, e na divisão de tarefas entre mulheres e homens, tanto no espaço doméstico como na sociedade em geral?

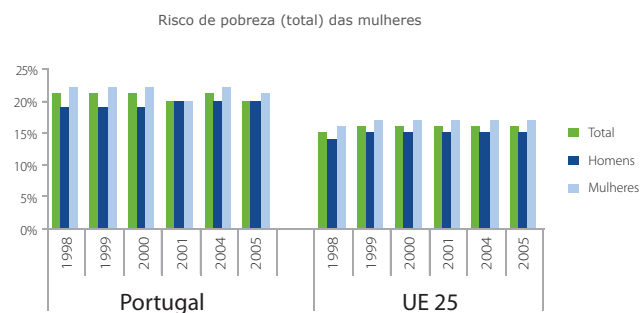
Muito embora haja ganhos em educação, todavia as diferenças registam-se ao nível do rendimento. De facto, apesar das mulheres já estarem largamente envolvidas na vida profissional, este campo regista significativas desigualdades em termos salariais, sendo o ganho médio mensal das mulheres menor, independentemente do nível académico.



Nota: Licenciatura inclui mestrado ou doutoramento
Fonte: MTSS - DGEOP - Quadros de pessoal

Por outro lado, existe uma taxa maior de risco de pobreza monetária nas mulheres, como resultado dos baixos rendimentos de trabalho e de pensões, e que é inferior à linha de pobreza

(60% do rendimento equivalente mediano), sendo maior em Portugal que no resto da Europa.



Fonte: Eurostat, Pauvreté au travail

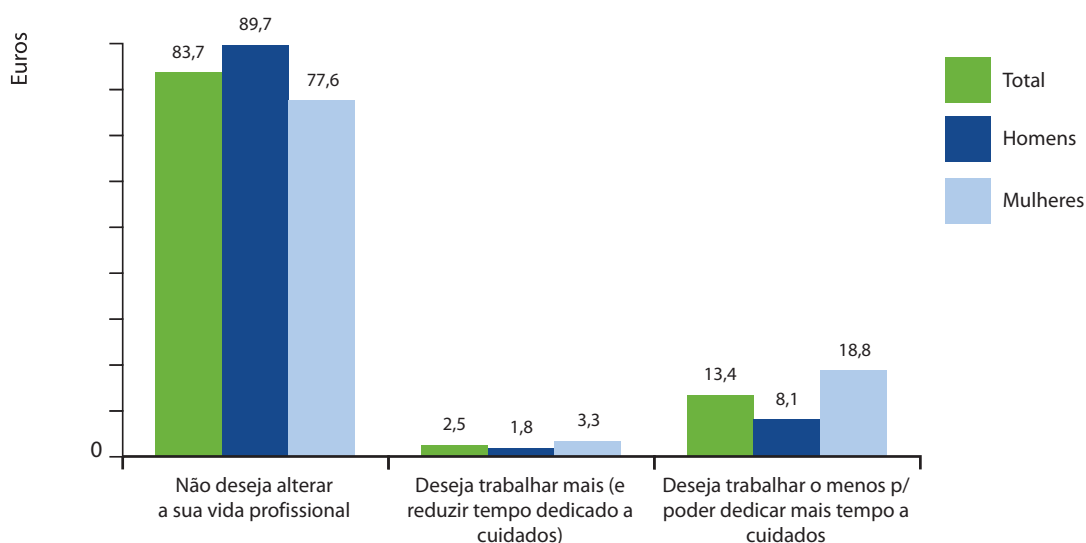
A conciliação da vida familiar e profissional

No contexto doméstico e no que se refere à conciliação da vida familiar e profissional, os inquéritos à ocupação do tempo do INE e outros estudos, revelam que as mulheres continuam a ser as principais responsáveis pela execução das tarefas domésticas, enquanto a participação dos homens continua a ser inferior. Tal situação resulta, por um lado, dos estereótipos de género quanto à divisão de papéis na família, do outro, porque a cultura organizacional das empresas exige que o modelo ideal-tipo do profissional competente continua a ser o indivíduo do sexo masculino, sem responsabilidades que coloquem em causa a sua disponibilidade total para o exercício de uma profissão. (Dores Guerreiro, Inês Pereira, 2006)

Com efeito, apesar dos novos padrões de relacionamento familiar, ainda são os homens que mais colocam a hipótese de não desejarem alterar a sua vida profissional (89,7) apesar, de se verificar nestes indicadores também o peso de que se reveste a importância da vida profissional para as mulheres (77,9), porque as necessidades de conciliação entre trabalho e família tendem a reflectir-se na maior dificuldade de progressão profissional por parte das mulheres.

2 Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 2001.

Desejo de alterar a vida profissional



Fonte: INE, Módulo AD-HOC "Conciliação Vida Profissional com a Vida Familiar".
Inquérito ao Emprego, 2º trimestre de 2005.

Podemos inferir, que tanto homens como mulheres enfrentam problemas de conciliação entre o trabalho profissional e a vida familiar, particularmente se consideramos os estigmas resultantes dos valores instituídos pela cultura dominante: as mulheres são más mães se priorizarem a profissão, os homens colocam em causa a sua identidade masculina se priorizarem a família.

Neste sentido, não é suficiente analisar a complexidade do fenómeno da pobreza e da exclusão, da desigualdade e discriminação, sem outro olhar que englobe factores de ordem mais subjectiva, como as crenças, os valores e representações, os hábitos e os modos de agir e de pensar. Estes factores são estruturantes das vivências sociais e dos estilos de vida, e são transmissíveis de geração em geração, sem os quais não é possível esclarecer e compreender o que é próprio e específico a mulheres e homens.

Assim, a natureza do conceito de *vulnerabilidade* associado às mulheres, é um atributo que passa necessariamente por se inscrever não apenas nas condições materiais de pobreza, mas também de forma fortemente vincada, segundo a perspectiva de género e que se refere ao papel dos homens e das mulheres na sociedade.

De facto, os homens também são discriminados quando dispõem de licenças de paternidade muito mais curtas e são pressionados no mercado de trabalho para não as usufruírem.

Finalmente, é neste sentido que a Comissão Europeia e os

países parceiros se empenham em instituir políticas promotoras de igualdade no sentido de mudar valores e atitudes, sendo que a promoção da igualdade de género é da responsabilidade de diversas entidades, nomeadamente, das organizações governamentais e das organizações da sociedade civil como as empresas.

Para a construção de uma sociedade mais justa é fundamental a prática de princípios básicos de cidadania onde se verifiquem processos não discriminatórios no mercado de trabalho, nomeadamente, de situações contratuais equivalentes para mulheres e homens e equivalente valor das remunerações, bem como, a plena utilização das licenças de maternidade, paternidade e parentais, por parte de ambos, entre outras. □

Bibliografia

- Bruto da Costa, A. (1998), *Exclusões Sociais*, Cadernos Democráticos, Edição Gradiva.
- Capucha, Luís, (2005) *Desafios da Pobreza*, Celta Editora, Oeiras.
- Dorez Guerreiro, M., Inês Pereira, (2006) *Responsabilidade Social das Empresas, Igualdade e Conciliação Trabalho – Família – Experiências do Prémio Igualdade é Qualidade*, Estudos N.º 5, Ed. CITE, Lisboa.
- Perista, Heloísa (coord.) e Alexandra Silva, (2006) *Guia para o Mainstreaming de Género – Cidadania e Inclusão Social*, Coleção Bem Me Quer, N.º 15, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa.



SEGURANÇA SOCIAL

SERVIÇO DE ATENDIMENTO A
PESSOAS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

HORÁRIO



SERVIÇOS DISPONÍVEIS

INFORMAÇÃO GERAL

ACÇÃO SOCIAL

QUIOSQUES MULTIMÉDIA



Nuno Lourenço

Cabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
nuno.j.lourenço@seg-social.pt

Já abriu novo Serviço de Atendimento para Pessoas com Necessidades Especiais

No Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, 3 de Dezembro de 2007, abriu o primeiro dos dezoito Serviços de Atendimento para Pessoas com Necessidades Especiais que o Instituto da Segurança Social (ISS) disponibiliza.

Um espaço completamente adaptado, com rampa de acesso para cadeiras de rodas, guias horizontais para pessoas invisuais e um quiosque multimédia.

Este novo serviço pretende garantir o acesso pleno à protecção social, no âmbito da Segurança Social, tendo em conta as especificidades da situação de deficiência, bem como atendimento personalizado e qualificado dirigido à situação concreta da pessoa com deficiência e à sua família.

Os cidadãos têm à sua disposição o atendimento presencial, e por marcação, utilização self-service de Quiosques Multimédia e articulação com outros organismos. Podem ainda

Morada:

Av. Manuel da Maia, 40-A,
1049-076 Lisboa

Horário de Atendimento:

das 9:00h às 16:30h

Atendimento por marcação:

tel.: 21 844 56 70

ou

e-mail: necessidades-especiais@seg-social.pt

ou

site: www.seg-social.pt



solicitar informações sobre as prestações sociais, requerer prestações sociais a que tenham direito, identificar Serviços e Equipamentos da rede pública e solidária e apoio para o contacto com outros organismos da Administração Pública, com competência na área da deficiência/reabilitação.

mais depressa possível, porque é importante que todos tenham igualdade de oportunidades, independentemente de serem portadores de alguma deficiência. □

Na inauguração estiveram presentes representantes do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, do Instituto da Segurança Social e de Associações na área da Deficiência.

Especial destaque para a presença do Secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, do Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social, Edmundo Martinho e representantes da Associação dos Cegos e Ambíopes de Portugal (ACAPO), da Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA) e da Associação Portuguesa de Surdos (APSurdos).



O próximo Centro Distrital do ISS a disponibilizar este Serviço de Atendimento especial será o do Porto.

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social acredita que este é o caminho certo para garantir a igualdade no atendimento e no acesso à informação a todos aquele que necessitam de uma atenção especial.

As Associações presentes louvaram a iniciativa e que esta, realmente, não deve ficar por aqui, devendo ser alargada, o



Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção nas Situações de Risco e de Perigo para a Infância

Se a avaliação do risco é particularmente difícil e complexa, mais difícil ainda é a decisão de intervir de modo a proteger pessoas e grupos, especialmente crianças em situação de vulnerabilidade. A arte do profissional¹ consiste em avaliar as possíveis consequências de um determinado curso de acção, através do seu julgamento profissional e da utilização de um método sistemático de avaliação e gestão do risco. A literatura sobre a avaliação do risco e do perigo para a infância com vista a uma harmonização de conceitos, metodologias e práticas tem aumentado consideravelmente nas últimas décadas. Tal facto tem a ver com o reconhecimento da necessidade de construir referenciais teórico-metodológicos comuns capazes de formatar/conferir sentido à diversidade dos saberes académicos dos profissionais que integram as diferentes equipas e serviços no sistema de promoção e protecção.

The Assessment Framework for Children in Need and their Families, um modelo desenvolvido pelo governo inglês com base em diver-

sos estudos e exemplos de boas práticas, permite uma avaliação e intervenção teoricamente fundamentada nas situações de risco e de perigo, através de uma uniformização de conceitos, linguagens e metodologias. Este modelo, centrado na criança, apoia-se nos conhecimentos actuais sobre o desenvolvimento infantil e adopta uma perspectiva ecológica, situando a criança e a família na comunidade. A sua aplicação pressupõe um verdadeiro trabalho em parceria, através de uma abordagem interinstitucional e interdisciplinar.

Face a uma potencial situação de risco ou de perigo, o gestor de caso da entidade responsável pela coordenação de todo o processo, articula com a família, a criança e todas as entidades relevantes, com vista à elaboração de um diagnóstico e respectivo plano de intervenção, que deverá incidir sobre os três principais domínios do modelo - as necessidades desenvolvimentais da criança, as competências parentais das famílias e os factores familiares e ecológicos - e respectivas dimensões, de acordo com o seguinte quadro operativo e figura:

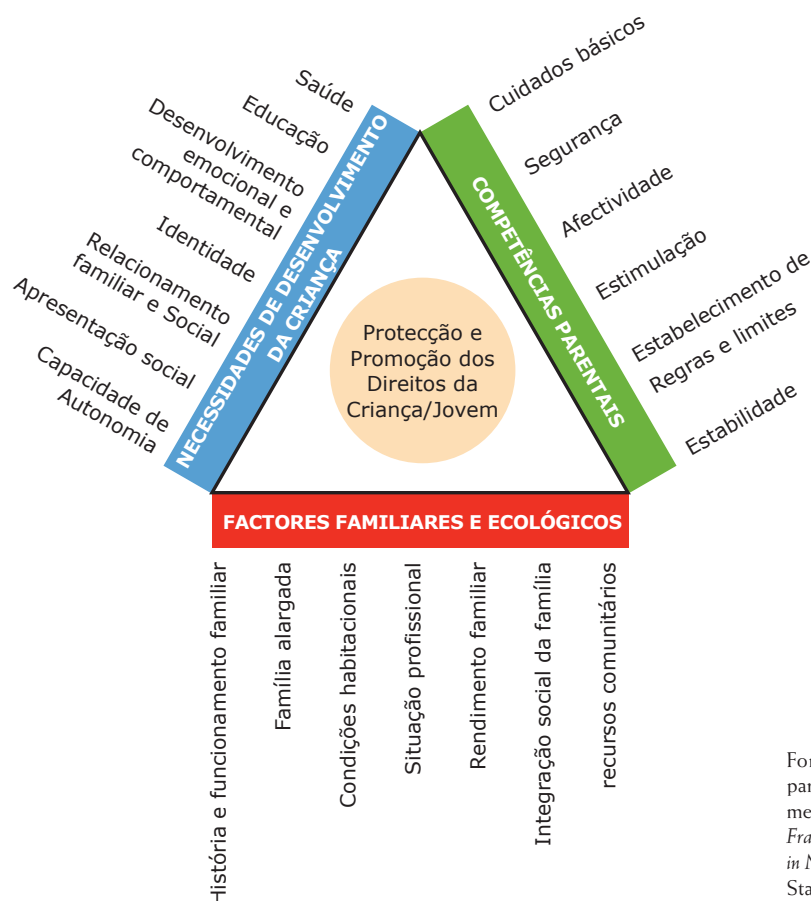
¹ Para Sargent (1999:184) avaliar o risco é "uma mistura de arte e ciência".

Quadro 1 – Operacionalização dos Domínios e Dimensões do Modelo

Necessidades de Desenvolvimento da Criança	
Saúde	Saúde física e mental: crescimento, desenvolvimento, factores genéticos, deficiências, cuidados médicos, alimentação, exercício físico, aconselhamento e informação sobre educação sexual e substâncias aditivas.
Educação	Desenvolvimento cognitivo da criança desde o seu nascimento: oportunidades da criança brincar e interagir com outras crianças, acesso a livros, desenvolvimento de habilidades e interesses, sucesso escolar.
Desenvolvimento Emocional e Comportamental	Qualidade da vinculação afectiva: sentimentos e acções apropriadas por parte da criança em relação aos pais, família alargada e outros; comportamento adequado; adaptação à mudança; resposta adequada a situações de stress, capacidade de auto-controlo.
Identidade	Auto-imagem da criança como um ser individual e valorizado pelos outros, auto-estima positiva (etnia, religião, idade, sexo, sexualidade, deficiência). Sentimento de pertença e aceitação por parte da família, grupo de pares, comunidade e sociedade em geral.
Relacionamento Familiar e Social	Desenvolvimento de empatia e capacidade de se colocar na situação do outro. Relação estável e afectiva com os pais, boa relação com os irmãos, amigos ou outras pessoas significativas na vida da criança.
Apresentação Social	Vestuário apropriado para a idade, género, cultura e religião e higiene pessoal e o reconhecimento destes aspectos por parte da criança.
Capacidade de Autonomia	Aquisição por parte da criança de competências práticas, emocionais e comunicativas que contribuem para a independência gradual da criança.
Competências Parentais	
Cuidados Básicos	Satisfação das necessidades físicas da criança (alimentação, vestuário, higiene, saúde e conforto).
Segurança	Protecção contra perigos dentro de casa e noutros locais, protecção contra adultos ou outras crianças que possam colocar a criança em perigo; protecção de comportamentos auto-destrutivos.
Afectividade	Satisfação das necessidades emocionais e afectivas da criança: promoção de relações seguras, estáveis e afectuosas com a criança, prestando especial atenção às suas necessidades emocionais; contacto físico apropriado.
Estimulação	Intelectual e cognitiva através da promoção de oportunidades sociais e educacionais através de: interacção e comunicação com a criança, realização de jogos e brincadeiras, promoção das oportunidades educacionais.
Estabelecimento de Regras e Limites	Disciplina apropriada e supervisão da criança. Pais como figuras de referência no que diz respeito a valores sociais e humanos.
Estabilidade	Ambiente familiar estável de modo a que a criança desenvolva uma vinculação afectiva segura e positiva com os seus principais cuidadores com vista a um desenvolvimento óptimo. Promoção do contacto da criança com familiares e outras pessoas significativas na sua vida.
Factores Familiares e Ecológicos	
História e Funcionamento Familiar	Inclui os factores genéticos e psicossociais; funcionamento e composição do agregado familiar; Infância dos pais; acontecimentos familiares significativos; potencialidades e dificuldades dos pais; relacionamento entre pais separados.
Família Alargada	Quem são, papel, qualidade e importância para a família nuclear e para a criança. Historial da infância da família alargada.
Condições Habitacionais	Adequada às necessidades da criança e da sua família: tipo de habitação, estado de conservação, condições sanitárias e de higiene, alojamento da criança, adequada protecção contra perigos dentro e fora de casa.
Situação Profissional	Situação profissional dos elementos do agregado familiar e avaliação do respectivo impacto na criança, e no relacionamento dos pais com esta.
Rendimento Familiar	Suficiente e adequado para responder às necessidades da família e da criança. Modo como os recursos económicos são utilizados pela família e respectivo impacto na criança.
Integração Social da Família	Avaliação das redes de vizinhança e apoio comunitário. Grau de integração ou isolamento da família e respectivo impacto na criança e na família.
Recursos Comunitários	Existência e acesso a serviços universais e/ou de base discricionária nas áreas da saúde, educação, habitação, emprego, lazer, etc.

Fonte: Department of Health, Department for Education and Employment and the Home Office (2000). *Framework for the Assessment of Children in Need and Their Families*. London: The Stationery Office.

Figura 1 – Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção nas Situações de Risco e de Perigo



Fonte: Department of Health, Department for Education and Employment and the Home Office (2000). *Framework for the Assessment of Children in Need and Their Families*. London: The Stationery Office.

Existe um conjunto de instrumentos de apoio técnico que operacionalizam estes domínios e dimensões, nomeadamente protocolos de avaliação-intervenção que definem objectivos específicos para seis faixas-etárias e diversas escalas e questionários. Na avaliação é fundamental que os profissionais tenham em conta não só os factores de risco, mas também os factores potenciadores da resiliência e da qualidade de vida das crianças, de modo a poderem definir um plano de intervenção adequado para cada criança.

A aplicação deste modelo na prática profissional permite, nomeadamente, lidar com a complexidade de factores que se entrecruzam no desenvolvimento da criança, evitando avaliações e intervenções simplistas; proporciona um quadro teórico que permite articular as variáveis pessoais e contextuais; permite analisar o impacto das políticas governamentais no dia-a-dia das crianças e das suas famílias; resiste à "tentação" de individualizar os problemas e as soluções e proporciona uma avaliação holística das situações de risco e de perigo. □

Bibliografia

- Department of Health, Department for Education and Employment and the Home Office (2000). *Framework for the Assessment of Children in Need and Their Families*. London: The Stationery Office.
- Horwath, Jan (Coord.) (2001). *The Child's World: Assessing Children in Need*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Jack, Gordon (2001). "Ecological perspectives in assessing children and families" in J. Horwath (Coord.). *The Child's World: Assessing Children in Need*. London: Jessica Kingsley Publishers. pp. 53-69.
- Payne, Malcolm (2002). "Perspectivas da Teoria Geral de Sistemas e da Teoria Ecológica de Sistemas". In M. Payne. *Teoria do Trabalho Social Moderno*. Coimbra: Quarteto. pp. 193-218.
- Trevithick, Pamela (2005). "Ecological perspectives in social work". In P. Trevithick. *Social Work Skills: A Practice Handbook*. Berkshire: Open University Press. pp. 278-280.

Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas

O aumento significativo de pessoas mais velhas nos últimos anos, tem levado a uma maior dedicação e atenção a esta faixa etária. A melhoria das condições de vida e o avanço da medicina, sobretudo no combate à doença, têm sido um excelente contributo não só para o acréscimo da população idosa, em relação ao total da população, mas também para o progressivo aumento da esperança média de vida. Este facto, sem precedentes na história da humanidade é, sem dúvida, um dos maiores triunfos, mas, ao mesmo tempo, um dos maiores desafios das sociedades actuais.



Portugal, ao assistir a este progressivo aumento da população com 65 e mais anos, confronta-se, ainda, com zonas do território desertificadas, mas com índices de envelhecimento acentuados, e com parques habitacionais degradados. Neste contexto, em Abril de 2007 foi criado pela Secretaria de Estado da Segurança Social (Despacho n.º 6716-A/2007, de

5 de Abril), o Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas.

Num trabalho conjunto entre o Instituto da Segurança Social (ISS) e as Autarquias, a implementação deste Programa pretende proporcionar melhores condições de habitabilidade e, assim, prevenir a institucionalização das pessoas idosas. Traduz-se, concretamente, na execução de obras de qualificação habitacional, nomeadamente melhoramentos na cobertura, paredes e caixilharia; criação de espaços funcionais e/ou adaptações que facilitem a acessibilidade à habitação, assim como na aquisição de equipamentos (cama, colchão, mesas, cadeiras, fogão, frigorífico, entre outros). Neste acordo bipartido, cabe ao ISS financiar até ao montante máximo de € 3.500 por habitação, acompanhar e monitorizar a execução física e financeira e compete às Autarquias apoiar a pessoa idosa ou o seu representante legal na instrução da candidatura, executar e acompanhar as obras e adquirir os equipamentos.

Este Programa concretiza-se em território nacional continental, prioritariamente nos distritos do interior envelhecido, tendo ficado definidas, para o primeiro ano (2007), três experiências piloto: Bragança, Beja e Guarda.

No Distrito de Bragança, as 12 Autarquias do Distrito assinaram protocolo com o ISS a 10 de Abril de 2007, com o objectivo de melhorar 137 habitações. Também nenhum dos 14 concelhos dos Distritos de Beja e Guarda ficou de fora, tendo assinado protocolos a 05 de Junho e 25 de Julho, respectivamente. Espera-se que no Distrito de Beja sejam qualificadas 174 habitações e no Distrito da Guarda 289. O orçamento global disponibilizado para estes três Distritos-piloto é de € 2.100.000.

Distrito de Bragança inaugura as primeiras três casas

No passado dia 21 de Outubro de 2007, foram inauguradas as três primeiras casas do Distrito de Bragança, especificamente no Concelho de Mirandela, com a presença do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, José António Vieira da Silva e do Secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques.

As três primeiras pessoas idosas que beneficiaram deste Programa caracterizam-se por terem uma média de idade de 75 anos, com baixos níveis de escolaridade, baixos rendimentos e apenas um não reside sozinho. As três intervenções vieram melhorar casas que se encontravam parcialmente degradadas, incidindo não só em obras na estrutura (telhados, tectos, paredes e chão), mas também em pintura das habitações.

Muitas outras habitações vão ser qualificadas, proporcionando às pessoas idosas a sua manutenção em meio natural de vida, meio esse que sempre viveram e nos quais têm todas as suas recordações, memórias essas que lhes dão vida. Por isso, mãos à obra! □





A proposta de constituição de estruturas da Rede Social de âmbito supra-concelhio surge pela primeira vez, em Novembro de 2001, no Relatório de Execução do Programa Piloto Rede Social, onde o Núcleo da Rede Social faz um balanço do programa piloto e apresenta um conjunto de recomendações e propostas relativas à orientação futura do programa.

Esta proposta pretende criar condições para articular formas de planeamento a diferentes níveis, isto é, do nacional ao local, e aponta para a necessidade de, no futuro, haver um único instrumento de planeamento a nível concelhio, visando o desenvolvimento local integrado, isto é, social, económico e ambiental, no espírito da Conferência de Copenhaga das Nações Unidas, em 1995.

Contudo, a proposta só se tornou efectiva com a publicação do Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho, onde está consignada a constituição de plataformas de âmbito territorial equivalente às NUT III, ou seja, 28 plataformas, de forma a garantir a articulação e o planeamento supra-concelhio e que considera a Rede Social como o instrumento por excelência de operacionalização do PNAI.

As características desta nova estrutura de trabalho em rede seguem o modelo já consagrado na constituição dos Conse-

lhos Locais de Acção Social (CLAS) e das Comissões Sociais de freguesia (CSF), isto é, são constituídas por dirigentes das entidades públicas e privadas que operam no âmbito territorial respectivo, designadamente os presidentes dos CLAS, os dirigentes dos serviços da Administração Pública, os representantes das Instituições de Solidariedade e Associações Empresariais e Sindicais, os representantes dos governadores civis e o director do Centro Distrital do ISS que assegura a coordenação da plataforma. A Plataforma é transversal às diferentes áreas de intervenção e os dirigentes nela representados têm que ter capacidade de decisão.

Finalidade e acções das plataformas supra-concelhias

As plataformas supra-concelhias são espaços de debate e análise dos problemas sociais dos concelhos que as compõem, e têm como finalidade promover a articulação dos instrumentos de planeamento locais com os planos, medidas e programas nacionais, promovendo um planeamento supra-concelhio concertado, para permitir uma melhor organização da intervenção, a rentabilização dos recursos do conjunto dos territórios e uma distribuição equilibrada das respostas e equipamentos sociais, nas NUT III respectivas.

Esta é também a instância de promoção da circulação de informação, de resolução dos problemas, de aprofundamento de questões sectoriais e de harmonização das iniciativas que reúne decisores e responsáveis pela definição de prioridades a nível sectorial e temático. Este é o espaço privilegiado para pôr em diálogo as estratégias emitidas pelas diversas entidades competentes e para garantir que elas são emanadas para as parcerias concelhias através dos seus presidentes e de outros representantes envolvidos no trabalho dos CLAS.

As competências das plataformas estão descritas no Decreto-Lei sendo que, claramente, a principal é garantir a concretização do PNAI no território. A futura articulação do PNAI, com instrumentos de planeamento supra-concelhios e com estes planos locais, garantirá a articulação vertical entre níveis de planeamento (do nacional ao local) e simultaneamente a articulação horizontal das diferentes medidas de política, bem como a sua efectiva implementação no terreno.

As redes sociais locais já participaram na concepção do actual PNAI 2006-2008, embora os mecanismos de participação devam ser aprofundados no futuro. Realizaram-se, em todo o país reuniões Inter-CLAS da Rede Social que serviram para que os parceiros reflectissem sobre as implicações do PNAI no trabalho em rede e dessem contributos, principalmente quanto aos objectivos prioritários.

O papel da Rede Social na operacionalização do PNAI materializa-se em duas áreas fundamentais, o planeamento e o funcionamento articulado de sistemas de informação.

Em matéria de planeamento as plataformas territoriais deverão emitir orientações estratégicas para adaptar as prioridades, objectivos e metas do PNAI às características específicas do seu território, orientações que os CLAS concretizarão nos Planos de Desenvolvimento Social (PDS) e Planos de Acção Locais, o que vai exigir que as plataformas funcionem em sintonia com o processo temporal de elaboração do PNAI.

O funcionamento articulado entre os sistemas de informação nacional e local da Rede poderá ser a base que suporta um modelo de monitorização do PNAI e da própria Rede e, simultaneamente, contribuir para um conhecimento mais aprofundado das situações de pobreza e exclusão social, constituindo um importante contributo para a elaboração de futuros PNAI.

Mas a intervenção das plataformas não se esgota no esforço para garantir a concretização do PNAI no território. As plataformas poderão debater os problemas mais relevantes dos municípios que as integram e definir estratégias de intervenção adequadas que poderão ser aplicadas por vários CLAS do seu território, ou promover o seu encaminhamento para o nível nacional.

Uma tarefa de relevo que as plataformas certamente irão assumir é contribuir para que a cobertura em equipamentos e respostas sociais nos concelhos do território se torne mais equilibrada e responda melhor às necessidades dos cidadãos. Finalmente, as plataformas territoriais são um espaço privilegiado para promover a troca de experiências entre os concelhos, para divulgar as boas práticas e também para avançar para a uniformização de alguns métodos de trabalho das diferentes entidades e para a criação de linguagens comuns facilitadoras da cooperação e da articulação do trabalho desenvolvido pelos parceiros.

Outras acções haverá que a imaginação, o evoluir do trabalho e a acumulação de experiência nos locais farão certamente emergir.

Primeiros resultados e expectativas futuras

No último trimestre de 2006 foram, generalizadamente, constituídas as plataformas supra-concelhias. No decurso de 2007 as reuniões das plataformas permitiram um melhor conhecimento das diferentes entidades parceiras e iniciou-se o debate de problemas relevantes ou a divulgação de boas práticas, designadamente dos sistemas de atendimento integrado, bem como a divulgação e maior conhecimento de alguns recursos e instrumentos para a intervenção social como o novo PNAI, o QREN e outros programas de relevo.

A nossa expectativa para o futuro é de que as plataformas territoriais supra-concelhias, perspectivando um olhar com maior amplitude sobre os problemas, irão beneficiar o trabalho desenvolvido nos concelhos e nas freguesias e afirmar-se-ão como mais um factor de inovação e aprofundamento do trabalho local, nomeadamente permitindo elevar o nível do trabalho em rede e contribuindo para o sucesso de um modelo de planeamento fluído e eficaz do nível nacional ao local. □

Empreendedorismo Inclusivo

No dia 5 de Novembro de 2007, a Pretextos esteve presente na sessão temática sobre "Empreendedorismo Inclusivo", que decorreu no Centro Empresarial de Torres Vedras.

O nosso objectivo foi conhecer a relevância do empreendedorismo como ferramenta de inclusão social.

Na abertura da sessão estiveram presentes, Edmundo Martinho, Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social (ISS), Rosa Araújo, Directora do Centro Distrital de Lisboa do ISS, Ana Umbelino, Vereadora da Câmara Municipal de Torres Vedras, Susana Neto, da Central Business e José Ferreira, Administrador do Instituto de Tecnologia Comportamental.

No decorrer da sessão, Edmundo Martinho referiu que Portugal tem feito um percurso de aproximação progressiva à média de pobreza europeia.

Tem sido feito algum investimento pelas empresas, mas não tem tido o impacto desejável. Como tal, há que olhar para os



objectivos traçados com uma ambição e energia institucional renovada.

Reforçou ainda que é necessária uma inclusão activa, assente em três pilares:

- 1º - Garantia de rendimentos adequados por parte de cada cidadão e de cada família;
- 2º - Necessidade de soluções de empregabilidade;

3º - Serviços e equipamentos de qualidade, colocados ao serviço das pessoas.

Para concluir, Edmundo Martinho salientou que para se conseguir mais empreendedorismo é necessário:

- Melhores métodos de gestão;
- Maior poder de sustentação das instituições a nível financeiro;
- Intervenções cada vez mais qualificadas a nível das instituições e pessoas;
- Responsabilizar cada vez mais as instituições públicas e privadas pela qualidade dos serviços que presta;
- Mais responsabilidade social das empresas;
- Maior inclusão dos colaboradores nas empresas, para que sintam que fazem parte da casa e que estão ali para fazer o melhor possível.

José Ferreira falou no empreendedorismo como ferramenta de inclusão social, e um dos aspectos que referiu, foi que este é um problema cultural com forte impacto na economia.

O empreendedorismo é uma oportunidade de desenvolver pessoas, ou seja, cada um tem de avaliar, se o que se fez foi positivo e trouxe melhorias. Se a resposta for negativa, cada pessoa terá de ajustar melhor as suas tarefas aos resultados que pretende obter.

Já Susana Neto, da Central Business, no âmbito do Programa Criação de Negócios, apresentou um caso de sucesso relativo a um negócio de Carpintaria/Marcenaria.

Esta referiu que durante o acompanhamento da pessoa que desenvolveu o negócio, houve uma orientação para a gestão de recursos humanos, de processos e de clientes.

O dono do negócio teve de ser orientado para a obtenção de resultados e teve de haver um trabalho conjunto para uma melhor adaptação à mudança.

Houve mudança, houve aprendizagem, houve a necessidade de controlar o risco. □



Sónia Esperto / Paula Ferraz

Unidade de Qualificação de Famílias e Territórios
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
sonia.c.esperto@seg-social.pt
paula.f.ferraz@seg-social.pt

Comemoração do 10º aniversário do RMG/RSI

O Encontro Nacional, realizado no dia 22 de Junho de 2007, em Santarém, teve como principal objectivo comemorar os 10 anos de implementação do Rendimento Mínimo Garantido/ Rendimento Social de Inserção e, acima de tudo, celebrar o percurso realizado por uma medida que se assume como um direito reconhecido aos cidadãos em situação de exclusão social.

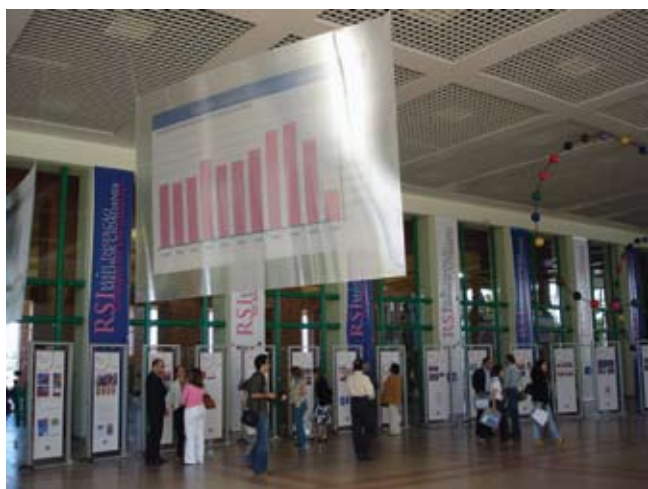
A concretização de uma iniciativa emblemática desta natureza, que pretendeu espelhar os diferentes níveis de intervenção na Medida, contou, na sua fase de planeamento e organização, com o envolvimento e mobilização de um conjunto de entidades parceiras, representadas na Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção, bem como, com o empenhamento e participação dos Centros Distritais do Instituto da Segurança Social.

Conscientes que só com um trabalho exigente e em parceria se alcançam os objectivos, o Encontro Nacional, para além



de destacar esta capacidade mobilizadora em todos os intervenientes, possibilitou um processo reflexivo sobre os ganhos obtidos ao longo da última década e sobre as novas estratégias a desenvolver no reforço de condições facilitadoras e estruturantes da inserção e autonomização das famílias beneficiárias.

As comemorações nacionais constituíram, assim, uma referência histórica no reconhecimento de um direito social, cuja consolidação continuará a exigir de todos, um papel activo no desenvolvimento de um acompanhamento técnico sistemático ao percurso de inserção das famílias beneficiárias. □



Teresa Caeiro
Técnica Superior
Instituto da Segurança Social, I.P.
teresa.m.caeiro@seg-social.pt

ACIDI e ISS assinam protocolo



No passado dia 19 de Dezembro de 2007, decorreu na sede do Instituto da Segurança Social (ISS), a assinatura de um Protocolo de Cooperação entre o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e o ISS, através do qual foi estabelecida uma parceria para a criação de um Programa de Apoio a Doentes Estrangeiros (PADE).

Este Programa dá resposta de acolhimento temporário e apoio financeiro aos doentes estrangeiros oriundos dos PALOP, durante a sua estada em Portugal para tratamento, bem como aos seus acompanhantes, nos casos em que as respectivas Embaixadas comprovem não dispor de condições para assegurar o devido apoio aos cidadãos dos seus países.

Na cerimónia foi salientada, quer pelo Alto Comissário do ACIDI, Rui Marques, quer pelo Presidente do Conselho Directivo do ISS, Edmundo Martinho, a importância desta iniciativa, tendo em conta a missão das respectivas entidades e a necessidade de conjugar esforços de uma solidariedade activa face a estas situações. □

Planos Regionais/Locais de Acção para a Inclusão PRAIAlgarve 2007/2009 -Parte I

Contexto político europeu

Após a introdução do artigo 136 e 137 do Tratado de Amesterdão, no âmbito do combate à exclusão social na política social, em Março de 2000, o Concelho Europeu de Lisboa reconheceu que a extensão da pobreza e da exclusão social na Europa é inaceitável. Construir uma Europa mais coesa foi considerado um elemento chave. Alcançar o crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e mais coesão social, tornou-se um objectivo político estratégico para os estados membros, para o período de 10 anos. O Conselho de Lisboa acordou adoptar o Método Aberto de Coordenação (MAC) para a promoção da inclusão social, a fim de tornar decisivo o impacto de erradicação da pobreza e da exclusão social em 2010.

Os planos nacionais de acção para a inclusão apresentados por cada estado membro são uma das componentes fundamentais do MAC. Estes instrumentos analisam a situação de pobreza e de exclusão social de cada estado membro, apresentam as estratégias europeia e nacionais para fazer face à realidade, apresentam metas e prioridades governativas para um período de 2 anos e identificam as medidas de política a implementar para alcançar as metas, prioridades e os objectivos comuns de inclusão social.

No decorrer deste processo, iniciado em 2001, a Comissão Europeia regista um conjunto de aspectos positivos e de melhorias significativas neste domínio, mas também reconhece o muito ainda por fazer em várias vertentes do processo em curso, designadamente no âmbito da governação em cada estado membro.

Uma das mensagens políticas chave no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito do MAC é o facto das medidas de política apresentadas só virem a ter um efectivo resultado se todos os actores públicos, privados e da sociedade civil, todos os sectores e níveis de governo (nacional, regional e local) trabalharem em conjunto. O MAC tem contribuído para algum impacto no reforço desta mensagem, particularmente no domínio da Inclusão Social, mas ainda assim se está longe de a alcançar nos vários países.

A concepção e a implementação dos planos nacionais na UE quinze evidenciam, de um modo geral, uma marginalização na mobilização dos vários actores de nível regional e local, bem como anunciam uma confusão de medidas para melhorar a cooperação entre as autoridades aos vários níveis territoriais. A governação inclui também o objectivo de introdução do *mainstreaming* da inclusão social no desenho das medidas de política (incluindo o orçamento), bem como possui uma forte componente da monitorização e avaliação dos planos. Contudo, em ambas as áreas os progressos têm sido limitados.

Assim, alguns dos desafios que actualmente se colocam à estratégia europeia de inclusão social são a adopção do *mainstreaming*, uma melhoria e reforço na governação, i.e. na mobilização dos actores e articulações entre os diferentes níveis de governação (nacional, regional e local) e uma melhor articulação entre os PNAI's e os fundos estruturais, em particular com o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

O Projecto LAP's & RAP's

Neste contexto político europeu surgiu, entre 2005-2007, o projecto Europeu *"Developing a Methodological Framework for Developing Local and Regional Plans for Social Inclusion - LAP's & RAP's"*¹, onde se desenvolveu uma estrutura e metodologia para a elaboração de planos regionais/locais de acção para a inclusão. Este projecto afigura-se como um contributo para o fortalecimento da governação, transparência e envolvimento dos principais *Stakeholders* no desenho, implementação e mo-

1 Projecto financiado pela Comissão Europeia, através do Transnational Exchange Programme (TEP). A Quartier-en-Crise (Bruxelas) e o Município de Veneza, entidades promotoras, estabeleceram parceria com as seguintes organizações: Instituto da Segurança Social, I.P - Portugal, Association for the Development of West Athens, Municipality of Thessaloniki, Fondazione G. Brodolini, Comune di Crotone, Comune di Roma - Department XIV - local development, training and employment policies, Javni Zavod Socio (Eslovénia), Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais da República Checa, Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha - Consejería de Trabajo y empleo - Dirección General de Trabajo e Inmigración. Para aprofundar os conteúdos, produtos e actividades do projecto consultar: http://www.qec-eran.org/projects/lapsraps_index.htm ou www.pnai.pt

nitorização das políticas e estratégias europeias e nacionais no âmbito da inclusão social.

O reforço da participação dos níveis regionais e/ou locais no processo de inclusão social, implica que estes níveis territoriais além de implementarem as medidas políticas definidas ao nível nacional, passem também a desenhar estratégias regionais/locais de inclusão social, articuladas com o processo europeu e nacional de inclusão social.

À semelhança do que acontece com as estratégias europeia e nacional para a inclusão social, a estratégia regional de inclusão social desenhada assentou no MAC, por ser um método que:

- Pode constituir uma importante ferramenta para melhorar a transparência e aprofundar a democracia participativa;
- Permite que as orientações europeias e nacionais sejam adoptadas aos níveis regional e/ou local;
- Permite uma articulação vertical das estratégias e das políticas para a Inclusão Social;
- Permite a construção de uma estrutura e metodologia comuns para comparação de diagnósticos, políticas adoptadas e resultados alcançados quer ao nível horizontal quer ao nível vertical;
- Permite que a monitorização e a avaliação nacional dos planos tenham em consideração abordagens sistémicas dos contextos regionais;
- Permite organizar processos de aprendizagem mútua aos vários níveis territoriais, estimulando o aparecimento e a troca de boas práticas, por um lado, e auxiliar as entidades regionais e locais a melhorar as suas intervenções no domínio da Inclusão Social, por outro;
- Poderá estimular um novo quadro de cooperação entre os vários níveis de governação (nacional, regional e local) a favor da convergência das políticas e prioridades nacionais, ao alcance de objectivos comuns e metas quantificadas a atingir.

No âmbito deste projecto, Portugal ensaiou a elaboração de um Plano Regional de Acção para a Inclusão, por um Grupo Local inter-sectorial, composto por entidades Regionais do Algarve e Nacionais². Plano Regional de Acção para a Inclusão do Algarve 2007-2009 (PRAIAlgarve 2007-2009).

No próximo número da Pretextos dar-se-à continuidade a este artigo, abordando os seguintes temas: estrutura do Plano; a Estratégia Regional preconizada; e uma breve reflexão em torno da aplicação do MAC, aos níveis regionais e locais, partindo da experiência desenvolvida no âmbito do projecto. □

² Centro Distrital de Faro, ISS, I.P.; Direcção Regional de Educação do Algarve; Delegação Regional do Algarve do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.; Delegação Regional do Algarve do Instituto de Emprego e Formação Profissional; e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve – e de âmbito Nacional - o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural; Membros da Equipa Técnica do PNAI e do Instituto da Segurança Social.

M. Conceição Ferraz
Conselho Médico
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.conceicao.ferraz@seg-social.pt

Medicina na Segurança Social

Avaliação em psiquiatria forense no âmbito do direito público

Dando continuidade ao programa de formação para os peritos médicos do Sistema de Verificação de Incapacidades (SVI), o Conselho Médico do Instituto da Segurança Social (ISS), em articulação com o Gabinete de Comunicação e o Centro Distrital de Faro do ISS, realizou, no dia 27 de Novembro de 2007, mais uma Conferência Regional, subordinada ao tema: “Medicina na Segurança Social: avaliação em psiquiatria forense no âmbito do direito público”.

No auditório do Centro Distrital de Faro, peritos médicos do ISS assistiram com interesse à prelecção do Dr. Margalho Carrilho, médico psiquiatra e assessor técnico de coordenação do SVI de Lisboa, sobre o universo da peritagem médica em psiquiatria, uma das patologias mais predominantes no domínio da verificação de incapacidades, temporárias e permanentes. Seguiu-se um espaço para debate e discussão de casos práticos sob a moderação da Dra. Conceição Caeiro, médica assessora técnica de coordenação do SVI de Faro, que contou para o efeito com a colaboração da Dra. Helena Costa, assistente graduada em psiquiatria do Hospital Distrital de Faro, Dra. Assunção Martinez, Chefe do Serviço de Medicina Geral e Familiar no Centro de Saúde de Faro, Dra. Fátima Cortes, Técnica Superior Consultora do IEFPP, Dr. José Henrique Parreira, médico e membro da comissão permanente do Conselho Médico; e Dra. Conceição Gonçalves Barbosa, médica assessora técnica de coordenação do SVI de Viana do Castelo.

Esta Conferência contou com a presença do Presidente do Conselho Directivo do ISS, Edmundo Martinho e do Director do Centro Distrital de Faro do ISS, Jorge Botelho. □



Convenção dos Direitos da Criança comemora 18º aniversário

Para assinalar o dia 20 de Novembro, dia do Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança, realizou-se no Centro de Congressos de Lisboa a sessão comemorativa do seu 18º Aniversário, na qual participaram cerca de 350 crianças, vindas de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho de Sintra, e representantes de várias entidades.

A comemoração foi dividida em duas iniciativas, a primeira direccionada às crianças, a segunda à apresentação de uma nova aplicação informática e a parceria com a Delta Cafés.

A abrir a primeira iniciativa usaram da palavra Manuel Pina, Presidente do Comité Português para a UNICEF, Armando Leandro, Presidente da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR), Idália Moniz, Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação e Fernando Seara, Presidente da Câmara Municipal de Sintra.

As crianças e jovens das IPSS fizeram algumas representações subordinadas ao tema dos direitos e deveres das crianças:

- “Quem nos Protege” – Creche Sempre em Flor, Sintra
- “Participação” – Associação Juvenil Ponte, Sintra
- “Os Direitos que Vivemos” – Casa Seis, Sintra
- “Protecção e Afectos” – SOLAMI, Sintra
- “Racismo” – Centro de Bem-Estar Social de Queluz, Sintra
- “18 Anos de Direitos” – Centro Social Paroquial S. Maximiliano Kolbe, Lisboa.

O actor Vítor Emanuel que fez a introdução dos diversos grupos actuates e interagiu com o público jovem presente no auditório.





Terminada a primeira iniciativa, decorreu a divulgação da campanha “Um Direito por cada Pacote de Açúcar”, o lançamento de um conjunto de 12 pacotes de açúcar, cada um com referência a um direito da criança, parceria da CNPCJR com a DELTA Cafés e a Apresentação do Sistema de Gestão de Informação das Comissões de Protecção das Crianças e Jovens.

José António Vieira da Silva, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Idália Moniz, Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Armando Leandro, Presidente da CNPCJR e Rui Nabeiro, Presidente da Delta Cafés, usaram da palavra, expressando as suas opiniões sobre a importância da campanha



“Um Direito por cada Pacote de Açúcar” e o que a envolve: a protecção das crianças e jovens e o direito a uma infância feliz.

Edmundo Martinho, Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social (ISS), reflectiu sobre a importância da aplicação informática do Sistema de Gestão de Informação das Comissões de Protecção das Crianças e Jovens para o trabalho por estas desenvolvido.

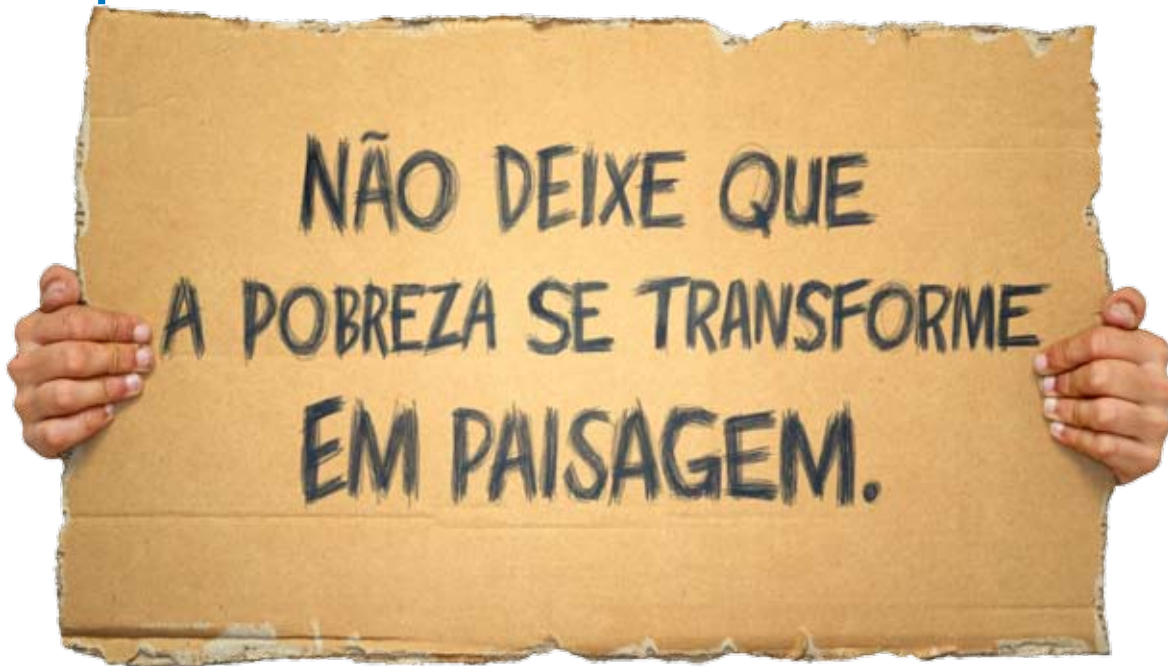
O Sistema de Gestão de Informação das Comissões de Protecção das Crianças e Jovens surge com objectivo estratégico de permitir o tratamento informático dos processos de promoção e protecção das crianças e jovens em risco e assegurar a gestão de informação das Comissões de Protecção das Crianças e Jovens.



João Lamy, responsável pelo Sector de Administração Geral, do Gabinete de Gestão de Informação do ISS, apresentou a aplicação informática.

José António Vieira da Silva encerrou a Comemoração. □

Campanha



Alda Gonçalves

Núcleo de Estudos e Conhecimento
Gabinete de Planeamento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alda.m.goncalves@seg-social.pt

Maria José Maia

Cabinete de Apoio a Programas
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.jose.maia@seg-social.pt



No passado dia 20 de Setembro de 2007 realizou-se a apresentação pública da campanha “Não Deixe que a Pobreza se Transforme em Paisagem”, que decorreu no Auditório do Lisboa Welcome Centre. O evento constituiu uma das actividades do Projecto “Isto Inclui-me: da Participação à Inclusão”, para promover uma maior sensibilização, informação e mobilização de todos os actores no combate à pobreza e à exclusão social.

Este projecto surgiu por iniciativa dos membros do Secretariado Executivo do Fórum Não Governamental para a Inclusão Social (FNGIS), que são os seguintes: Associação de Apoio à Vítima, Cruz Vermelha Portuguesa, FENACERCI, REAPN e ANIMAR, entidade promotora. O Instituto da Segurança Social integra esta parceria, sendo entidade co-financiadora, a par da Comissão Europeia.

Objectivos do Projectos:

- Promover a descentralização da informação junto dos(as) cidadãos(ãs) relativamente aos fenómenos da pobreza e da exclusão social;
- Contribuir para um debate alargado, descentralizado e

inclusivo dos destinatários(as) das políticas de combate à pobreza e à exclusão social;

- Sensibilizar para as tendências de evolução dos fenómenos de pobreza e exclusão social em Portugal;
- Divulgar o papel das organizações do 3.º Sector na operacionalização de medidas de combate à pobreza e à exclusão social, inscritas na Estratégia Europeia para a Inclusão Social;
- Envolver os meios de comunicação social numa campanha nacional de sensibilização pública contra a pobreza e a exclusão social.

Destinatários:

- Grupos sociais em situação de pobreza e exclusão social;
- Dirigentes e Técnicos de organizações do 3.º Sector;
- Membros do FNGIS;
- Redes Sociais;
- Organismos públicos nacionais e locais;
- Professores, investigadores e estudantes com interesse pela área temática da inclusão social;
- Meios de comunicação social;
- Público em geral.

Em síntese, este projecto propõe-se afirmar que a luta contra a pobreza e a exclusão social constitui uma tarefa colectiva e deve incluir-nos a todos. □

Voluntariado Empresarial

ajuda Instituições de Solidariedade

Sofia Gonçalves

Associação GRACE
sgoncalves@grace.pt



A GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial, promoveu, no passado dia 12 de Outubro de 2007, e pelo segundo ano consecutivo, a maior acção nacional de voluntariado empresarial já realizada no país. O objectivo foi requalificar espaços sociais e, desta forma, melhorar as condições de vida de centenas de crianças e jovens.

O Projecto GIRO – GRACE, Intervir, Recuperar, Organizar – é uma acção de voluntariado empresarial sem precedentes em Portugal, tanto pela quantidade de empresas que congrega, como pelo número de instituições beneficiadas. Esta iniciativa envolveu em 2007 mais de 60 empresas nacionais e a disponibilidade de 400 colaboradores voluntários.

A participação das empresas foi feita de três formas: pela cedência de colaboradores, pela cedência de bens necessários à execução das acções e/ou ainda pela prestação de serviços.

Em 2007, o projecto GIRO decorreu nos concelhos da Amadora, Cascais e Guimarães.

No concelho de Cascais as entidades beneficiárias do projecto foram o Centro Social Nossa Senhora de Fátima, a Casa da Criança em Tires e a Fundação O Século.

No Centro Social Nossa Senhora de Fátima as actividades consistiram em proporcionar às crianças do Infantário uma visita à Quinta Pedagógica de Porto Salvo e à CERCICA. O Centro de Dia para Idosos foi pintado pelos voluntários, enquanto os idosos foram visitar o Museu do Brinquedo e a Aldeia Típica de José Franco, em Sintra. A Colónia Balnear, O Século, foi objecto de uma intervenção de 70 voluntários que pintaram os quartos e os corredores daquele espaço. Em simultâneo, a Casa da Criança de Tires vivia uma verdadeira “revolução”, com a pintura dos interiores de toda a Casa, a construção de uma sala polivalente para actividades lúdico-pedagógicas, no exterior da casa, a plantação de uma horta pedagógica e a finalização da montagem do parque infantil desta instituição.

No concelho da Amadora, o Bairro de Santa Filomena acolheu

uma vez mais os voluntários do GIRO. Um grupo de 20 voluntários proporcionou um dia diferente às 22 crianças que frequentam o Espaço Criança, desenvolvendo diversas actividades no Espaço Monsanto e na Quinta Pedagógica dos Olivais.

No concelho de Guimarães, a Associação de Apoio à Criança, a CERCIGUI e a Fraterna completaram a lista das organizações favorecidas por esta acção.

Na Associação de Apoio à Criança, os voluntários do GIRO puseram em prática um dos princípios do Projecto, montando e criando diversos espaços de organização e arrumação. As crianças do Bairro da Atouguia, onde existe um pólo de actuação da Fraterna, tiveram a oportunidade de concretizar um dos seus maiores sonhos: voar. Em colaboração com a Força Aérea Portuguesa, cerca de 30 crianças e voluntários fizeram um baptismo de voo a partir do Aeródromo de Braga, sobrevoando várias zonas daquela região.

A GRACE organizou ainda, para os jovens deste mesmo bairro, um *workshop* de *graffiti* que culminou na pintura de uma das paredes da sala de convívio.

Também a CERCIGUI viu totalmente remodeladas as 10 salas do seu Centro de Actividades Ocupacionais. Mais de 90 voluntários participaram nesta acção de voluntariado que decorreu nesta instituição, dando cor e vida aos espaços já muito envelhecidos. □



SPOT

Feira da Juventude

Mariana Pereira

Cabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
mariana.s.pereira@seg-social.pt



No âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho de Ministros da UE, decorreu no Centro de Congressos de Lisboa, de 15 a 19 de Setembro de 2007, o SPOT - Feira da Juventude. Esta feira foi organizada pela Secretaria de Estado da Juventude e Desporto e Instituto Português da Juventude e teve entrada gratuita.

Mais de 20 mil jovens participaram neste evento, que teve como objectivo juntar a vertente institucional à animação cultural.

Os representantes portugueses centraram as suas atenções nos temas do empreendedorismo, participação cívica, voluntariado e criatividade. Ainda no âmbito institucional, houve uma mostra de todos os programas e medidas que os organismos e institutos públicos oferecem aos jovens, desde áreas do Emprego, Segurança Social, até ao intercâmbio de estudantes ou voluntários, passando pelo apoio a jovens empresas.

Foi neste âmbito que o Instituto da Segurança Social esteve presente com um stand, que teve uma forte afluência de jovens, principalmente daqueles à procura do primeiro emprego.

Em termos de animação, havia um espaço *Lounge*, com a actuação de vários DJs e actuações de *stand-up comedy*, um espectáculo de dança contemporânea, uma passagem de modelos e um concerto surpresa. □



Instituto presente

na Feira do Bebê e da Criança

Mariana Pereira

Cabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
mariana.s.pereira@seg-social.pt



A Cordoaria Nacional, em Lisboa, recebeu, nos dias 26, 27 e 28 de Outubro, a Feira da Criança 2007 e a Bebés & Mamãs.

Estes dois eventos realizaram-se, pela primeira vez, em conjunto. A decisão da organização surgiu pela «necessidade de abranger mais e melhor as diversas etapas na vida das famílias portuguesas, desde a gestação até à primeira infância, temas que foram abordados por esta renovada e “ambiciosa” Feira.

O objectivo deste evento foi facultar uma ampla informação aos pais, para que estes possam fazer as melhores opções para os seus filhos, nas várias áreas: Alimentação e Educação, Saúde e Higiene, Desporto e Lazer, *Workshops* e Espectáculos.

O Instituto da Segurança Social participou na feira, que teve grande afluência por parte de mães e futuras mães, nomeadamente para facultar informações sobre o Abono de Família Pré-Natal e sobre a Majoração do Abono de Família para Crianças e Jovens após o 2º filho e seguintes, medidas que entraram em vigor no passado mês de Outubro de 2007. □

ECOS

16ª Conferência Europeia de Voluntariado na Polónia

Varsóvia foi a cidade escolhida para acolher a 16ª Conferência anual da Volonteurope subordinada ao tema "Euro Voices: Hearing from Active Citizens in Europe", que decorreu de 5 a 8 de Outubro de 2007 e que contou com a participação de representantes de vários países europeus.

Do programa da conferência deste ano, fizeram parte diversos *workshops*, relacionados com a temática do voluntariado, sobre cidadania activa, inclusão social, voluntariado jovem, gestão de programas de voluntariado, voluntariado e sector público, entre muitos outros, além de grupos de discussão, visitas a projectos locais e sessões plenárias.

Foram igualmente distinguidas cinco personalidades, através dos Prémios ACE, pelo trabalho que têm desenvolvido nesta área, a nível europeu.

Esta Conferência teve como objectivos:

- O encontro das organizações envolvidas nesta temática para troca de informações sobre as políticas desenvolvidas nos diferentes países;
- A promoção e intensificação do voluntariado;
- A implementação de novos projectos;
- A oportunidade de constituição de redes e parcerias, de forma a dar visibilidade e reconhecimento ao voluntariado, a nível europeu e internacional.

Gabinete Técnico de Apoio
ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado
CNVP@seg-social.pt

TUTELAR CÍVEL - novas competências do ISS

No âmbito da transferência de competências em matéria Tutelar Cível, da Direcção Geral de Reinserção Social para o Instituto da Segurança Social, foi ministrada formação inicial aos Técnicos que transitaram daquela Direcção Geral, pretendendo-se com esta formação que os mesmos adquirissem conhecimentos e desenvolvessem competências para a qualificação da sua intervenção no âmbito do sistema de Segurança Social.

Esta formação inicial foi desdobrada em sete acções, constituídas por três módulos, abrangendo cerca de 120 participantes.

As acções decorreram em todo o país, contando com a colaboração de magistrados judiciais e do Ministério Público como formadores nos referidos módulos.

Luís Cruz e Silva
Unidade de Infância e Juventude
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
luis.m.silva@seg-social.pt

Dar a mão na Novabase



A Novabase tem demonstrado um cada vez maior interesse pela realização de acções no âmbito da Responsabilidade Social. Com duas vertentes, uma mais institucional, através de patrocínios a iniciativas que ajudam os outros, outra que envolve os colaboradores mais activamente nessa ajuda.

Estas iniciativas despertam a vontade de ser solidário e valores em todos os colaboradores que podem inclusivamente sentir-se empenhados em manter projectos de voluntariado pela empresa ou a nível pessoal. Em simultâneo, estas acções acabam também por ser excelentes acções de *team building* entre os colegas que nelas participam.

Na vertente institucional, destacaríamos os Programas de Verão que decorreram nos últimos dois anos nas instalações da Escola Americana (CAISL), no Linhão, e que resultaram de

uma parceria entre a Novabase e esta escola, com o objectivo de levar o ensino do Inglês e das tecnologias de informação a jovens desfavorecidos de escolas públicas da região.

Na outra vertente, salientamos, como exemplo, uma das acções efectuadas, neste caso, levada a cabo pela área de Financial Services da Novabase.

Foi necessário ajudar a Associação Bem-Estar Infantil de Vialonga a ganhar uma nova imagem: pintar as instalações desta instituição.



Assim, identificaram-se voluntários e criaram-se equipas de cinco pessoas para actuar em cada um dos dias da intervenção. Cerca de trinta colaboradores da Novabase, distribuídos por uma semana, deram “tudo por tudo” e o trabalho foi concluído com enorme sucesso.

“A gratificação de contribuir para resolver situações complicadas de pessoas mais necessitadas é uma experiência que tem de ser vivida para poder ser explicada. Numa sociedade que é tão criticada pela sua falta de valores devo dizer que tenho o maior orgulho na adesão massiva que este género de pedidos encontra nos colaboradores da Novabase”, refere Nuno Fórneas, Partner da Novabase Consulting, a propósito desta acção.

A recente criação da newsletter “Dar-a-Mão”, com o objectivo de abraçar algumas causas ou instituições que mereçam a atenção de todos e divulgá-los internamente, permitindo às pessoas tomar a iniciativa da solidariedade, é mais um contributo para o desenvolvimento da Responsabilidade Social na Novabase.

Cristina Aragão Teixeira

Directora de Marketing e Comunicação da Novabase Consulting
cristina.teixeira@novabase.pt

Assinatura da Revista Pretextos

Caro(a) Leitor(a),

Se pretende ser assinante da Revista Pretextos envie-nos o seu pedido para:

Redacção da Revista Pretextos

Rua Rosa Araújo, nº 43

1250-194 Lisboa

Fax: 21 310 20 95

E-mail: .m.joao.quedas@seg-social.pt

Passará a recebê-la, gratuitamente, na morada que nos indicar, já a partir do próximo número!

Boas leituras!

Revista disponível para download em
www.seg-social.pt

Correio do leitor

Caro(a) Leitor(a),

A Redacção da Revista Pretextos recebe diariamente testemunhos dos leitores da Revista sobre a apreciação que dela fazem e da utilidade enquanto instrumento de apoio à actividade profissional, sobretudo manifestada por técnicos das áreas sociais. Criámos este espaço para si, leitor da Revista Pretextos, para que nos escreva e nos fale sobre a Pretextos. Quem sabe se no próximo nº não divulgaremos o seu testemunho!

Pode enviar os seus contributos para a Redacção da Revista:

Rua Rosa Araújo, nº 43

1250-194 Lisboa

Fax: 21 310 20 95

E-mail: .m.joao.quedas@seg-social.pt

Sites

Etnicidade e Interculturalidade

Alexandra César
Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt



Entreculturas - Formação Intercultural / Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (Portugal)
<http://www.entrecultura.pt>



IMES - Institute for Migration and Ethnicity Studies (Holanda)
<http://www2.fmg.uva.nl/imes/>



Ciga-nos! / Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (Portugal)
<http://www.ciga-nos.pt>



CRER - Centre for Research in Ethnic Relations (Reino Unido)
<http://www.warwick.ac.uk/CREC/index.html>



Centro de Estudos Multiculturais (Portugal)
<http://www.multiculturas.com>



CERIE - Centre d'Etudes et de Recherche sur les Relations Inter-Ethniques et les Minorités (França)
http://www.uhb.fr/sc_humaines/ceriem/



European Centre for Minority Issues (sede: Alemanha)
<http://www.ecmi.de>



CEIFO - Centre for Research in International Migration and Ethnic Relations (Suécia)
<http://www.ceifo.su.se/pub/jsp/polopoly.jsp?d=5990>



ERCOMER - European Research Centre on Migration and Ethnic Relations / University Utrecht (sede: Holanda)
<http://www.uu.nl/uupublish/onderzoek/onderzoekcentra/ercomer/24638main.html>



National Multicultural Institute - Multiculturalism & Diversity Education Training (EUA)
<http://www.nmci.org>

Bibliografia Temática

Recursos Humanos

Alexandra César
Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt

ALMEIDA, Filipe, 1974 - *Organizações, pessoas e novas tecnologias*. Coimbra : Quarteto, 2002. 226 p. ; 24 cm. (Organizações e recursos humanos ; 6). Bibliografia : p. 209-226. ISBN 972-8717-40-7.

ARAUJO, Luis César G. de - *Gestão de pessoas : estratégias e integração organizacional*. São Paulo : Atlas, 2006. XVI, 428, [4] p. a 2 colns. : il. ; 29 cm. Bibliografia : p. 407-416.. Glossário : p. 399-405. ISBN 85-224-4202-9.

CÂMARA, Pedro B. da, 1946- - *Os sistemas de recompensas e a gestão estratégica dos recursos humanos*. Lisboa : Dom Quixote, 2000. 337 p. ; 24 cm. (Biblioteca de economia & empresa ; 62). ISBN 972-201692-X.

CÂMARA, Pedro Bettencourt da ; GUERRA, Paulo Balreira ; RODRIGUES, Joaquim Vicente - *Humanator 2001 : recursos humanos e sucesso empresarial*. 5.^a ed. Lisboa : Dom Quixote, 2003. 585 p. : il. ; 26 cm. (Gestão e inovação. Ciências de gestão ; 7). ISBN 972-20-2023-4.

CEITIL, Mário, ed. lit. - *Gestão e desenvolvimento de competências*. Lisboa : Sílabo, 2006. 442 p. ; 24 cm. Bibliografia : p. 435-442. ISBN 972-618-409-6.

CEITIL, Mário - *Gestão de recursos humanos para o século XXI*. Lisboa : Sílabo, 2006. 267 p. ; 24 cm. ISBN 972-618-428-2.

CONFÉRENCE INTERNATIONALE DU TRAVAIL, 92 Session, Genève, 2003 - *Mise en valeur des ressources humaines et formation*. Genève : Bureau International du Travail, 2003. 15 p. ; 24 cm. ISBN 92-2-213036-7.

DEMO, Gisela - *Políticas de gestão de pessoas nas organizações : papel dos valores pessoais e da justiça organizacional*. São Paulo : Atlas, 2005. XIV, [2], 172 p. ; 24 cm. Bibliografia : p. 161-172. ISBN 85-224-4132-4.

FÓRUM DIÁLOGOS SOBRE MUDANÇA ORGANIZACIONAL - A EMERGÊNCIA DE NOVOS PAPÉIS PARA

PESSOAS E ORGANIZAÇÕES, Estoril, 1999 ; SANTOS, Ana Margarida Alves Leal dos, 1970- , compil. - *Diálogos sobre Mudança Organizacional, a Emergência de Novos Papéis para Pessoas e Organizações : reflexões e desafios*. compil. e org. Ana Margarida Santos... [et al.]. Lisboa : Inofor, 2001. 161, [4] p. : il. ; 24 cm. ISBN 972-8619-22-7

Forum Recursos Humanos 2002 : O Estado da Arte da Gestão de Pessoas, Culturgest, 18 e 19 Abril 2002. Lisboa : ME. GEPE, 2002.

FULLER, Jim ; FARRINGTON, Jeanne - *Da formação ao aperfeiçoamento do desempenho*. Coimbra : Quarteto, 2001. 232 p. ; 23 cm. (Organizações e recursos humanos ; 2). Tít. orig.: From training to performance improvement.. Bibliografia : p. 225-227. ISBN 972-8535-99-6.

Gestão de recursos humanos : contextos, processos e técnicas. Lisboa : RH, 2000. VIII, 463 p. ; 24 cm. Bibliografia : p. 443-463. ISBN 972-96897-5-X.

GOMES, A. Duarte - *Cultura organizacional : comunicação e identidade*. Coimbra : Quarteto, 2000. 287 p. ; 23 cm. (Organizações e recursos humanos ; 1). Bibliografia : p. 251. ISBN 972-8535-39-2.

«Le management des connaissances : dossier». Personnel. - Paris. - ISSN 0223-5692. - N° 425 (Décembre 2001), p. 5-64.

MOLONEY, Karen - «Competency frameworks». *People Management*. - London. - ISSN 1358-6297. - Vol. 6, nº 14 (July 2000), p. 43-46.

NEVES, José Gonçalves das - *Clima organizacional, cultura organizacional e gestão de recursos humanos*. Lisboa : Editora RH, 2000. 301 p. ; 24 cm. Bibliografia : p. 293-301. ISBN 972-96897-3-3.

OCDE - *Human resources in the new economy : challenges and opportunities for education and training. Report on a joint meeting of management and trade union experts held under the Organisation for Economic Co-*

Bibliografia Temática

operation and Development Labour/Managemet Programme, Paris 22 nd November 2000. Paris : OECD, 2001. 31 p. (OECD Labour : Management Programme).

PASSOS, Ana - *Mudança organizacional e gestão de recursos humanos*. Lisboa : Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2000. 345 p. ; 23 cm. (Estudos e análises ; 20). Bibliografia : p. 327-341. ISBN 972-732-603-X.

PORTUGAL. Instituto para a Qualidade na Formação ; CURADO, Catarina, 1970- , ed. lit. - *A gestão de pessoas em Portugal : tendências, qualificações e formação*. Lisboa : Instituto para a Qualidade na Formação, 2006. 268 p. ; 26 cm. (Domínios Profissionais ; 3). Tít. de capa : Gestão de pessoas.. Bibliografia : p. 265-268. ISBN 972-8619-77-4.

PORTUGAL. Secretaria de Estado da Administração Pública - *Avaliação do desempenho : manual de apoio e legislação*. [Lisboa] : SEAP, imp. 2004. [2], 58, [1] f. ; 30 cm. ISBN 972-9244-66-9.

PORTUGAL. [et al.]; RIBEIRO, Soledade, anot. ; ALVES,

Jaime, anot. ; MATOS, Sílvia, anot. - *Sistema integrado da avaliação do desempenho da Administração Pública* : SIADAP : anotado. Coimbra : Almedina, 2006. 607 p. ; 23 cm. ISBN 972-40-2719-8.

SANTOS, Francisco Lopes dos - «Recursos humanos em perspectiva». *Recursos Humanos - Magazine*. - Lisboa. - Ano 1, nº 7 (Março-Abril 2000), p. 36-42.

SHIM, Deok-Seob - «Recent human resources developments in OECD member countries». *Public Personnel Management*. - Alexandria. - ISSN 0091-0260. - Vol. 30, nº 3 (Fall 2001) p. 323-347.

SOUSA, Maria José - *Gestão de recursos humanos : métodos e práticas*. Lisboa : Lidel, cop. 2006. XVIII, 231, [3] p. ; 24 cm. (Manual prático Lidel). Bibliografia : p. 219-224.. Glossário : p. 211-218. ISBN 972-757-441-6. - ISBN 978-972-757-441-4.

Workshop : Mudança Socioeconómica , 10 anos do Dinâmia, uma Experiência Interdisciplinar. Lisboa : DINÂMIA, 2000.

NÃO DEIXE QUE A POBREZA SE TRANSFORME EM PAISAGEM.

A informação contida neste documento é da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projecto, decidindo a Comissão Europeia qualquer responsabilidade pelo uso que possa ser feita da mesma.



Isto inclui-me. É o que devemos pensar quando nos deparamos com a pobreza tão próxima de nós. Um em cada cinco portugueses vive abaixo do limiar da pobreza. Não seja indiferente. Saiba mais em www.istoincluime.org.

Parceiros:



Financiamento:





SEGURANÇA SOCIAL

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.